



ACÓRDÃO Nº1763/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11793/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Ayrton Romero da Silva (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6058/2022, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV. Exercício de 2019.

Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Ayrton Romero da Silva**, responsável pelo Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri (FUNPREV-Manaquiri), exercício de 2019, nos termos do art. 22, inciso III, alíneas “b” da LO-TCE-AM, em razão das seguintes impropriedades: (i) ausência de política anual de aplicação dos recursos do fundo, bem como não comprovação de que o relatório da política de investimentos e suas revisões permanecem guardados pelo prazo de 10 anos, em descumprimento da Resolução nº 3.922/2010-CMN, do art. 1º, § 3º, da Portaria nº 519/2011 do Ministério da Previdência Social – MPS, do art. 6º, inciso IV, da Lei federal nº 9.717/1998; e (ii) não elaboração de relatórios detalhados sobre rentabilidade das aplicações, em inobservância do art. 3º, inciso V, da Portaria nº 519/2011-MPS;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Ayrton Romero da Silva no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, inciso VI da Lei Orgânica, em razão das graves violações às normas legais e regulamentares, em razão das seguintes impropriedades: (i) ausência de política anual de aplicação dos recursos do fundo, bem como não comprovação de que o relatório da



ACÓRDÃO Nº1763/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

política de investimentos e suas revisões permanecem guardados pelo prazo de 10 anos, em descumprimento da Resolução nº 3.922/2010-CMN, do art. 1º, § 3º, da Portaria nº 519/2011 do Ministério da Previdência Social – MPS, do art. 6º, inciso IV, da Lei federal nº 9.717/1998; e (ii) não elaboração de relatórios detalhados sobre rentabilidade das aplicações, em inobservância do art. 3º, inciso V, da Portaria nº 519/2011-MPS e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Determinar** ao Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri - FUNPREV e à Prefeitura Municipal de Manaquiri que adotem as medidas necessárias à instauração de processo para apuração do acúmulo ilícito de cargos públicos pelo Sr. Ayrton Romero da Silva e Sra. Maria Vania de Almeida Lemos, dando ciência a este Tribunal sobre os resultados obtidos, no prazo máximo de 180 dias após a ciência deste *decisum*; e
- 10.4. Dar ciência** deste *Decisum* ao Sr. Ayrton Romero da Silva, por intermédio de seus advogados constituído nos autos, ao Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri - FUNPREV e à Prefeitura Municipal de Manaquiri.

11- Ata: 37ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Outubro de 2022



ACÓRDÃO Nº1763/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral